



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (Penal)

Unidade curricular

Medida da Pena e Direito de Execução da Pena. Determinação da medida da pena: paroxismo da Constituição Penal

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Inês Vieira da Silva Ferreira Leite

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Domínio do conceito material de pena; compreensão e integração da matéria dos fins das pena na fase de determinação da medida da pena e da execução da pena; identificação dos tipos de penas e das penas legalmente previstas e seu respetivo regime; domínio dos princípios constitucionais que incidem na determinação da pena e execução da pena; compreensão dos critérios de determinação da medida da pena nos casos de crimes singular e concurso de crimes; distinção entre pena e medida de segurança; regime da pena relativamente indeterminada; finalidades e regime da execução da pena (em especial, da pena de prisão).

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Tratando-se de uma disciplina que inclui vastas matérias com incidência penal constitucional, substantiva e processual, o programa incide especialmente sobre os princípios constitucionais que determinam as opções legais da escolha da pena e sobre as tarefas incluídas da determinação da medida, escolha e execução da pena.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino assenta numa distribuição das aulas entre aulas de exposição teórica dos conteúdos fundamentais, com referências jurisprudenciais mais relevantes e aulas de trabalho de casos, a partir de casos reais aos quais foi já dada uma resposta judicial. As aulas incluem ainda visionamento de documentários e semelhantes, professores convidados e, pelo menos, uma visita a um estabelecimento prisional. A avaliação assenta na participação contínua dos alunos nas aulas (opcional), na realização de um comentário a um acórdão (opcional) e num teste escrito final.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O mais importante é que o/a aluno/a compreenda as balizas constitucionais inerentes à determinação, escolha e execução da pena, sabendo quais os critérios legais para a realização destas tarefas e as penas legalmente previstas (e seu regime). O trabalho com casos reais e a discussão de acórdãos permite o confronto destes conhecimentos teóricos com as variantes da realidade.

PROGRAMA:

1. Princípios fundamentais de Direito Penal e fins das penas
 - 1.1. Modelos de política criminal e espécies de penas
 - 1.2. Pena principal e pena acessória
 - 1.3. Pena e medida de segurança
 - 1.4. Os fins das penas num Estado de Direito democrático e pluralista: a influência dos fins das penas na determinação da medida da pena
 - 1.5. O conceito material de pena à luz da Constituição e da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
 - 1.6. A harmonização penal na União Europeia: influência na conformação dos fins das penas e nas espécies de penas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2. Direito Constitucional Penal e pena

- 2.1. O princípio da legalidade da pena
- 2.2. O princípio do Estado de Direito e a obrigatoriedade de fundamentação
- 2.3. Proporcionalidade da pena e proibição de automaticidade
- 2.4. *Ne bis in idem* material e proibição de dupla valoração

3. Determinação da medida da culpa e da pena à luz da Constituição

- 3.1. Proibição de dupla valoração e determinação da medida da pena no crime singular (tipos de ilícito, tipos de culpa e tipos mistos)
- 3.2. Proibição de dupla valoração e medida da pena: pena principal e pena acessória
- 3.3. Proibição de dupla valoração e determinação da medida da pena da reincidência
- 3.4. Proibição de dupla valoração e concurso de crimes: a determinação da medida da pena única
- 3.5. Proibição de dupla valoração e determinação da medida da pena do crime continuado
- 3.6. Escolha da pena, dispensa de pena e penas de substituição

4. Conceito material de crime, saúde mental e inimputabilidade

- 4.1. O conceito de perigosidade e a determinação da medida de segurança
- 4.2. Proibição de dupla valoração e determinação da medida da pena relativamente indeterminada
- 4.3. Execução da medida de segurança
- 4.4. Execução da pena relativamente indeterminada

5. Execução da pena e Constituição Penal

- 5.1. Princípios fundamentais do Direito de execução das penas e do Direito Prisional
- 5.2. A prevalência dos fins da pena na fase de execução
- 5.3. A execução da pena de prisão
- 5.4. A execução da pena de multa
- 5.5. A execução de outras penas não privativas da liberdade
- 5.6. A extinção da pena

6. Fins das penas, justiça restaurativa e mediação penal

- 6.1. Os fins das penas e a justiça restaurativa
- 6.2. Justiça restaurativa nos crimes de violência de género
- 6.3. Justiça restaurativa nos crimes patrimoniais
- 6.4. O regime da mediação penal



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Bibliografia principal

ALBUQUERQUE, Paulo Sérgio Pinto de/Direito Prisional Português e Europeu, Coimbra Editora, 2006; ANTUNES, Maria João/ Medida de Segurança de Internamento e Facto de Inimputável em Razão de Anomalia Psíquica, Coimbra Editora, 2002/ Consequências Jurídicas do Crime, Coimbra Editora, 2013; ASHWORTH, Andrew/ Sentencing and Criminal Justice, 2.ª Ed., Butterworths, 1995; BELEZA, Teresa Pizarro/“A Reinserção social dos delinquentes: recuperação da utopia ou utopia da recuperação?” in Cidadão delincente - reinserção social? Ministério da Justiça, 1983/“Hostilidades. (Sobre a pena acessória de expulsão de estrangeiros do território nacional)”, Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues, I, Coimbra Editora, 2001, pp. 139 a 149; BRANDÃO, Nuno/“Liberdade Condicional e Prisão (Subsidiária) de Curta Duração. Anotação ao Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 30-10-2007”, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 4, 2007, pp. 673-701; BRITO, José de Sousa e/“A medida da pena no novo Código Penal”, AA.VV., Textos de apoio de Direito Penal, II, AAFDL, Lisboa, 1999, pp.329 a 362/“Os fins das penas no Código Penal”, Problemas Fundamentais de Direito Penal, Homenagem a Claus Roxin, Lisboa, 2002, pp. 155 e ss; CAEIRO, Pedro/“Qualificação da sanção de inibição da faculdade de conduzir prevista no art. 61.º n.º 2, al. d), do Código da Estrada”, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, ano 3, n.os 2-4, 1993, pp. 543 a 572; CORDEIRO, Robalo/“Medida da pena no Código Penal de 1982”, Textos de apoio de Direito Penal, 1, AAFDL, Lisboa, 1983/84, pp. 385 a 399; CORREIA, João Conde/ Da proibição do confisco à perda alargada, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012; COSTA, José Francisco de Faria/“ Penas acessórias. Cúmulo jurídico ou cúmulo material? [a resposta que a lei (não) dá]”, Revista de Legislação e Jurisprudência, 136, n.º 3945, 2007, pp. 322 a 328; DIAS, Jorge de Figueiredo/ Direito Penal Português. As consequências jurídicas do crime, 2.ª Reimpressão, Coimbra Editora, 2009; LEITE, Inês Ferreira/ Ne (Idem) Bis in Idem. A Proibição de Dupla Punição e de Duplo Julgamento como Contributo para a Racionalidade do Poder Punitivo Público, AAFDL, 2016; PALMA, Maria Fernanda/ Direito Constitucional Penal, Almedina, Coimbra, 2011/“Desenvolvimento da pessoa e imputabilidade no Código Penal português”, Casos e Materiais de Direito Penal, 3.ª ed., 2008, pp. 101-108; PINTO, Inês Horta/ A Harmonização dos Sistemas de Sanções Penais na Europa. Finalidades, Obstáculos, Realizações e Perspetivas de Futuro; Coimbra Editora, 2013; RAMOS, João Palma/“ Reincidência: pressupostos na lei portuguesa”, Revista do Ministério Público, 36, 143, 2015), pp. 9-25; RODRIGUES, Anabela Miranda/ A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa da liberdade. Seu fundamento e âmbito, Coimbra, 1982/“A determinação da medida concreta da pena privativa de liberdade e a escolha da pena”, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, ano 1, n.º 2, 1994, pp. 243 a 258/A Determinação da medida da pena privativa de liberdade: os critérios da culpa e da prevenção, Coimbra Editora, 1995; ROXIN, Claus Culpabilidade y prevención en Derecho Penal, Tradução de Muñoz Conde, Reus, Madrid, 1981; SANTOS, Cláudia Cruz/ A Justiça Restaurativa. Um modelo de reação ao crime diferente da Justiça Penal. Porquê, para quê e como?, Coimbra Editora, 2014; SILVA, Germano Marques da/ Direito Penal Português, Parte geral, III – Teoria das penas e das medidas de segurança, Verbo, Lisboa, 1999; SUSANO, Helena/ Reincidência penal: da teoria à prática judicial, Almedina, 2012.

Curricular unit sheet



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit

Sentencing and execution

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Inês Vieira da Silva Ferreira Leite

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

Understanding the fundamental principles (constitutional) concerning sentencing and execution of criminal sanctions

Syllabus

1. Fundamental principles and sentencing aims; 2. Constitutional Law and criminal sanction; 3. Sentencing in compliance with the Constitutional principles; 4. Crime, insanity and criminal liability; 5. Execution of criminal sanctions

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The main purpose is to give the students the core knowledge of the constitutional principles concerning sentencing and execution and how they impact on the judicial discretion within sentencing as well as give them the essential knowledge of the tasks involved in sentencing and the primary challenges on execution. The syllabus concentrates on such issues, allowing for a comprehensive understanding of the most complex aspects of the subject.

Teaching methodologies (including evaluation)

Theoretical classes and classes dedicated to cases solving and case law analysis. The classes include guest professors, exhibition of documentaries and similar works and one visit to a prison.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The case-law analysis and focus on case solving is determinant to the implementation of the core knowledge the syllabus aims to develop.

Main Bibliography (see Portuguese version)